

BECHARA, Evanildo. **Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?** 10 ed. São Paulo: Ática, 1998.77p. **Por** Fernanda Corrêa Garcia¹.

A língua é viva e portanto mutável, porém as mudanças devem levar em consideração as nuances da linguagem. É necessário haver um equilíbrio entre conhecer sobre uma língua (portuguesa) e saber utilizá-la de acordo com cada contexto de enunciação (linguagem). No início do livro “Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?”, o autor aponta além da falta de recursos e desinteresse dos governos com relação à escola ou até mesmo à falta de preparo dos professores ou alunos, mais três problemas relacionados à ação da escola com o ensino da língua (idioma).

O primeiro problema é que a linguagem culta perdeu espaço para a coloquial, ou seja, as pessoas trocam a leitura pelos meios de comunicação de massa, têm acesso a inúmeras opções de lazer e pesquisa como a internet, meios esses que acabam banindo os conhecimentos linguísticos adquiridos pelos alunos na escola.

O segundo problema é que na universidade o estudo da linguística é muito complexo, não consegue ainda transpor totalmente seus objetivos com relação ao estudo do idioma e a linguagem.

O terceiro problema apontado é com relação à escola, que não consegue distinguir as três gramáticas existentes: gramática geral, descritiva e normativa. O professor recorre somente às duas primeiras, descartando a gramática normativa, que realmente ajudaria na educação linguística do aluno.

Pesquisadores afirmam que desde a década de 60 a língua oral (espontânea), por questões linguísticas, tem sido privilegiada em relação à língua escrita (manifestação derivada da leitura e interpretação). Outro fator é a política, que por sua vez impõe à sociedade às normas da língua que devem ser seguidas em determinadas ocasiões. Fala-se em duas formas distintas: a norma “cultura”, falada pela dita classe “dominante ou opressora” e a norma “coloquial”, da classe dita “oprimida”.

¹ Graduada e Especialista na área de Letras Português/Espanhol (UNESC); Técnica em Assuntos Educacionais – Instituto Federal de Santa Catarina Câmpus de Tubarão. Contato: fe.correa.garcia@gmail.com

A linguagem também se prende à história, pois para estudar certos aspectos linguísticos, devem-se levar em consideração os falantes do presente e do passado. Entretanto a língua não é imposta ao indivíduo e sim ele dispõe dela para manifestar sua liberdade de expressão. A abordagem do autor defende que os modernos linguistas, ao tentarem explicar estudos gramaticais, não deixam claramente seus propósitos, conseqüentemente aparecem críticas injustas à gramática escolar (descrição de uma língua).

Os estudos da gramática são conhecimentos linguísticos adquiridos, pois são apresentados na escola com abordagem mais teórica; já as linguagens coloquiais ou familiares são conhecimentos transmitidos, pois são decorrentes de vivências e situações mais práticas de uso da língua. As duas linguagens se complementam entre si. Como a gramática é ensinada para que o aluno adquira a linguagem culta, a técnica usada oferece o contexto histórico da língua como base de ensino. Mas usar essa linguagem culta para todas as situações do dia a dia é como impor algo, mas também privilegiar excessivamente a linguagem coloquial ou familiar, de acordo com a liberdade de expressão do falante, também não é adequado. Cabe ao falante refletir qual a linguagem mais adequada para cada tipo de situação ou contexto.

A educação linguística que o autor propõe não se trata do esquecimento dos dados linguísticos, didáticos e sim renovar as ideias nas matérias didáticas, nas quais a experiência do professor é a grande peça chave para esta tarefa da educação linguística. Para uma “renovada” educação linguística, deve ser modificado todo o conjunto de atividades curriculares e metodológicas do sistema de ensino atual, o qual deixa a desejar nas propriedades sociais, já que muitas vezes é considerado seletivo, autoritário, injusto. Isso porque se deve levar em conta a realidade do aluno, o cotidiano na sociedade ou região que ele está inserido. Conforme a região que esse aluno habita, ou pelo fato de sua descendência, são necessários conhecimentos prévios por parte do professor e da escola, para assim implantar, reorganizar as disciplinas, repassando os conteúdos referidos às questões linguísticas e contrastes do próprio idioma.

O que difere a educação linguística proposta pelo autor da tradicional, é a priorização da linguagem e não da língua, ou seja, buscando realmente a questão do “falar”. A educação linguística tradicional dava muita importância a regras de estrutura, escrita da língua verbal, deixando de lado a linguagem, conseqüentemente os aspectos sociais do indivíduo

(comunicação entre as pessoas). Por isso deve-se saber distinguir então o “saber português” (estudo da língua) do “saber gramática” (estudo da linguagem).

Segundo o autor, é necessário promover a educação linguística com a possibilidade de o aluno desenvolver os devidos conhecimentos, enriquecendo sua percepção linguística com relação à fala, ou seja, saber mais sobre os aspectos do “falar”, como se expressar. Os sistemas de ensino deverão reformular suas formas didáticas, metodológicas e curriculares de repassar os conteúdos referentes à linguagem. O professor deve se adequar às novas técnicas de aprendizagem que visam ao embasamento e sustentação do conhecimento prévio linguístico adquirido pelo aluno no seu desenvolvimento psicológico no contexto familiar; acompanhado de aspectos históricos da língua (portuguesa), assegurando a distinção necessária entre língua e linguagem, como já foi mencionado.

As pesquisas realizadas no campo da linguagem revelam que existe uma forte relação entre língua e cultura. Graças aos estudos linguísticos, o professor pode ampliar e direcionar melhor os conhecimentos relacionados ao idioma nacional, com ajuda de análises do vocabulário. O aluno percebe, assim, o elo entre palavras e contextos. Como o professor é o grande mediador de conhecimento, não importa se ele é professor de língua materna ou até mesmo professor universitário, seus papéis serão sempre importantes.

O professor universitário deve estimular o futuro mestre a obter as informações necessárias para que ele mesmo possa direcionar o foco de seus conhecimentos e selecionar o que realmente será útil em sua vida docente. Mas o objeto maior do professor universitário é não somente formar um universitário, gramático e sim um cidadão que entende as nuances do campo da linguagem. No Brasil, as variedades de dialetos são menos acentuadas, porém as diferenças sociais que os alunos trazem para a sala de aula devem ser consideradas na ação do professor.

A opressão que o autor relata diz respeito a uma imposição de regras no ensino de língua portuguesa sem contextualização. O ensino da língua não poderá privilegiar somente a norma culta, não levando em consideração a linguagem coloquial, já que se sabe que para entender o contexto teórico e histórico da língua, necessita-se acoplar os conhecimentos práticos de seus falantes. A língua adquirida no convívio familiar ou social traz uma noção significativa do mundo e deve ser considerada para o entendimento dos variados contextos de enunciação. O professor deve mostrar ao aluno que a aprendizagem de uma língua leva em



conta todas as faces da linguagem, fazendo com que o aluno saiba reconhecer, significar e utilizar a linguagem adequada em cada contexto, havendo assim um equilíbrio entre teoria e prática.